

POLPAR S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 59.789.545/0001-71

NIRE 35 3 0012252 6

Assembléia Geral Ordinária

PARA FINS DO INCISO III DO ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/09

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09.

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir suas obrigações de curto e médio prazos, assim como acesso a diferentes fontes de financiamento.

Nos exercícios de 2009, 2008 e 2007, a Companhia registrou, respectivamente, lucro líquido de R\$ 309 mil, prejuízo de R\$ 161 mil e lucro líquido de R\$ 106 mil.

Indicadores adicionais sobre as condições patrimoniais e financeiras da Companhia são apresentados no item 10.1."b" abaixo.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 1,845 milhões, um acréscimo de 13,4%, ou R\$ 219 mil, em relação a 31 de dezembro de 2008 e redução de 9% ou R\$ 161 mil (2007 para 2008). A diferença é explicada, em sua maior parte, pelo lucro do exercício de 2009 de R\$ 309 mil, sendo R\$ 90 mil distribuídos na forma de juros sobre o capital próprio e pelo prejuízo de 2008.

Com relação à possibilidade de resgate de ações, não existe no curto prazo previsão para realização de tal evento.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando que o perfil de endividamento da Companhia é com partes relacionadas e não representam exigibilidade com desembolso de recursos, a Diretoria acredita que a geração de caixa é suficiente para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não exista garantia de que tal situação permanecerá inalterada.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de recursos da Companhia são provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de seus investidores, além de aportes de acionistas para necessidades eventuais. A Companhia não tem feito investimentos relevantes que necessitem de recursos.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui liquidez e geração de caixa consistente, suficiente para o cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo, além de possibilitar a continuidade de seus projetos. Dessa forma, a Diretoria entende desnecessária, neste momento, a utilização de quaisquer fontes de financiamento adicionais com o intuito de cobertura de deficiências de liquidez.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas, indicando (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia

A Companhia não possui dívidas relevantes de qualquer natureza.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Tributação de ganho de capital na alienação de investimento - Conforme fatos relevantes publicados em 27 de setembro de 2007, a Companhia entregou aos acionistas através de redução de capital, as ações da Suzano Petroquímica S.A. de sua titularidade ("Ações SZPQ"), como forma de viabilizar a alienação de referidas Ações SZPQ diretamente pelos acionistas à Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás ("Petrobrás"), conforme contrato de compra e venda de ações previamente firmado entre a Petrobrás e os acionistas. Tal operação motivou a apresentação de consulta formal à Receita Federal do Brasil acerca do regime tributário aplicável, notadamente quanto ao sujeito passivo dos tributos incidentes sobre o ganho de capital apurado na operação, tendo sido posteriormente ajuizada medida judicial para assegurar a apreciação do mérito da consulta pelo órgão consultivo fiscal. Em 31 de dezembro de 2009, o risco total envolvido é de R\$ 2.609 milhões. Dessa exposição, R\$ 1.458 milhões foram depositados judicialmente e estão sendo atualizados monetariamente pela Companhia, e o restante foi depositado judicialmente pelos acionistas controladores que concordaram com a extensão dos efeitos do depósito à Companhia caso prevaleça a tese de tributação pela pessoa jurídica. Os recursos financeiros para efetuar o depósito judicial pela Companhia foram disponibilizados pelos acionistas controladores, mediante um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no mesmo valor.

Nenhum valor foi provisionado pela Companhia face à probabilidade de desfecho desfavorável não ser considerada como provável na opinião dos assessores jurídicos e da Administração da Companhia

Juros sobre Capital Próprio a Receber: - Os valores de juros sobre capital próprio a receber em 31 de dezembro de 2009 correspondem a R\$428 mil. Em 31 de dezembro de 2008 não houve valores a receber de juros sobre capital próprio. Em 2007 o valor de tal conta foi de R\$172 mil. O principal fator que contribuiu para o acréscimo desse valor a receber foi o aumento do lucro líquido da Suzano Papel e Celulose S.A. (lucro de R\$815 bilhões em 2009, prejuízo de R\$435 bilhões em 2008 e lucro de R\$537 bilhões em 2007) e Suzano Holding S.A (lucro de R\$239 bilhões em 2009, prejuízo de R\$143 bilhões em 2008 e lucro de R\$218 bilhões em 2007) quando comparado com o exercício anterior.

Balancos Patrimoniais

(em milhares de reais)

	2009	2008	2007	Variação	
				2009 x 2008	2008 x 2007
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	58	286	377	-79,7%	-24,1%
Imposto de renda a recuperar	124	63	133	96,8%	-52,6%
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	428	-	172	428,0%	-100,0%
Despesas antecipadas	-	1	-	-100,0%	100,0%
Total do ativo circulante	610	350	682	74,3%	-48,7%
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais	1.691	1.553	-	8,9%	1553,0%
Permanente					
Investimentos avaliados ao custo corrigido	1.194	1.194	1.194	0,0%	0,0%
Total do ativo não circulante	2.885	2.747	1.194	5,0%	130,1%
Total do ativo	3.495	3.097	1.876	12,9%	65,1%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Impostos a vencer	60	3	22	1900,0%	-86,4%
Remunerações e encargos a pagar	-	3	3	-100,0%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social	44	-	35	44,0%	-100,0%
Juros sobre o capital próprio a pagar	77	-	25	77,0%	-100,0%
Contas a pagar	11	7	4	57,1%	75,0%
Total do passivo circulante	192	13	89	1374,7%	-85,4%
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Adiantamento recebido para futuro aumento de capital	1.458	1.458	-	0,0%	1458,0%
Patrimônio líquido					
Capital social	989	989	989	0,0%	0,0%
Reservas de capital	68	68	68	0,0%	0,0%
Reservas de lucros	788	569	730	38,5%	-22,1%
Total do patrimônio líquido	1.845	1.626	1.787	13,5%	-9,0%
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.495	3.097	1.876	12,9%	65,1%

10.2. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social

a) Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O lucro líquido da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foi de R\$ 309 mil, em comparação ao prejuízo de R\$ 161 mil apurado no exercício anterior. O principal fator que contribuiu para o acréscimo do resultado foi o aumento dos juros sobre capital próprio distribuído pelas companhias Suzano Papel e Celulose S.A. e Suzano Holding S.A., nas quais possui investimentos. Tal aumento é decorrente do aumento do lucro líquido dessas empresas quando comparado com o exercício anterior.

O prejuízo apresentado em 31 de dezembro 2008 foi de R\$161 mil, em comparação ao lucro líquido de R\$ 106 mil apurado no exercício anterior. O principal fator que contribuiu para a diminuição do resultado foi a ausência de pagamento de juros sobre capital próprio pelas companhias Suzano Papel e Celulose S.A. e Suzano Holding S.A., nas quais possui investimentos. Tais companhias não efetuaram a distribuição de juros em decorrência dos prejuízos apresentados:

- da redução no resultado da equivalência patrimonial da Suzano Holding S.A., por conta da entrega aos acionistas, mediante redução do capital social, da totalidade do investimento detido na Suzano Petroquímica S.A.;

- do prejuízo apresentado pela controlada Suzano Papel e Celulose S.A. no ano de 2008;

- da redução em outras receitas operacionais líquidas na Suzano Holding S.A., devido a perda apurada em 2008 por variação no percentual de participação societária decorrente da aquisição de ações próprias efetuada pela controlada Suzano Papel e Celulose S.A. a preço superior ao valor patrimonial por ação.

(em milhares de reais)

	Exercício findo em		
	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007
Juros sobre Capital Próprio	565	-	422
Despesas operacionais, líquidas	(364)	(303)	(325)
Resultado financeiro líquido	152	142	44
Imposto de renda e contribuição social	(44)	-	(35)
(Prejuízo) Lucro líquido	309	(161)	106
Abertura dos juros sobre capital próprio por companhia			
Suzano Papel e Celulose S.A.	394	-	317
Suzano Holding S.A.	171	-	105
	565	-	422

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não aplicável.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não aplicável.

10.3. Comentários dos Diretores em relação aos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado, bem como seus impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no período em questão.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em fato relevante divulgado em 3 de agosto de 2007, a Companhia e a Suzano Petroquímica S.A. (“Suzano Petroquímica”) comunicaram que, naquela data, foi celebrado contrato de compra e venda de ações que previa a aquisição pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (“Petrobras”) da totalidade das ações detidas, direta ou indiretamente, pelos acionistas controladores da Companhia no capital da Suzano Petroquímica. A venda pelos acionistas controladores à Petrobras foi concluída em 30 de novembro de 2007.

Em 26 de novembro de 2007, mediante aprovação em Assembléia Geral Extraordinária realizada nessa mesma data, a Companhia efetuou redução do capital social no montante de R\$ 747 mil, sem alteração do número de ações de emissão da Companhia, passando seu capital social de R\$ 1.736 mil para R\$ 989 mil, mediante entrega, a seus acionistas, de 129.582 ações ordinárias e 631.303 ações preferenciais de emissão da Suzano Petroquímica S.A., correspondentes à totalidade das ações detidas neste investimento.

c) eventos ou operações não usuais

Vide nota anterior 10.3. “b”

10.4. Os comentários a seguir referem-se aos 3 últimos exercícios sociais

a) Mudanças significativas nas praticas contábeis

A autorização para conclusão da preparação das demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração, realizada em 30 de março de 2009.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76), que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008.

Na preparação ou na apresentação das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, a Administração identificou os seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários e Conselho Federal de Contabilidade que afetam a Companhia:

- Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008;
- CPC 01 Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 01 de novembro de 2007;
- CPC 02 Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534, de 29 de janeiro de 2008;
- CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008;
- CPC 05 Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008;
- CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 12 Ajuste a Valor Presente, aprovado pela Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008; e
- CPC 14 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008.

Com base no levantamento efetuado pela Administração, os pronunciamentos acima referidos não proporcionaram nenhuma alteração significativa nas práticas contábeis anteriormente adotadas pela Companhia, não havendo, portanto, ajustes no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008 e 2007, e no resultado dos exercícios findos naquelas datas, que devessem ser divulgados pela Companhia em decorrência da Lei 11.638/07 e MP 449/08. Entretanto, a Companhia está refletindo nas notas explicativas seguintes todas as divulgações adicionais que passaram a ser requeridas pelos

pronunciamentos acima mencionados.
b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:
Não houve efeitos significativos das alterações de práticas contábeis.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor
Não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres dos auditores no período em questão.

10.5. Comentários dos Diretores em relação às políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

A Administração da Companhia adota as melhores práticas contábeis recomendadas pelos órgãos competentes, é conservadora na avaliação de riscos e contingências, providenciando as correspondentes provisões, bem como detalhando nas demonstrações financeiras os riscos a que a Companhia está exposta na esfera trabalhista, tributária e de negócios.

Não é do conhecimento da Administração nenhum fato ou contingência relevante que não tenha sido objeto de divulgação nas demonstrações financeiras.

10.6. Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las
Para auditar nossos resultados e a eficácia dos controles internos e práticas contábeis, recorremos a auditorias internas e externas. Os serviços de auditoria externa são prestados pela empresa Ernst & Young Auditores Independentes S.S., com a qual mantemos contrato desde 2004 e cujos trabalhos possibilitam o aprimoramento dos controles internos, em especial relacionados a aspectos fiscais, contábeis e de tecnologia da informação. Dessa forma, a Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório e esta atenta às novas tecnologias e investimentos em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente
Ponto Identificado: Nenhum ponto relevante foi identificado e reportado pelos auditores externos.
Recomendação: Não aplicável.

10.7. Comentários dos Diretores acerca dos aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
Não aplicável.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
Não aplicável.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios
Não aplicável.

10.8. Descrição dos Diretores sobre os itens relevantes não evidenciados nas últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social da Companhia:

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial, tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui nenhum ativo ou passivo material que não esteja refletido em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10.9. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável.

b) Natureza e propósito da operação

Não aplicável.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.10. Comentários dos Diretores sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) Investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Não há previsão de investimentos para a Companhia.

b) Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

c) Novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

10.11. Comentários dos Diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens 10.1 a 10.10 acima.

PARA FINS DO ARTIGO 9º, §1º, II DA INSTRUÇÃO CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO, CONFORME ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09.

ANEXO 9-1-II

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2009

1 – Lucro líquido do exercício – **R\$ 309 mil.**

2 – Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Dividendos	Valor por ação	TOTAL R\$ (mil)
Juros sobre capital próprio já declarados (bruto) Ações Ordinárias	1,220	90

3 – Percentual do lucro líquido do exercício distribuído, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76: **30,61%.**

4 – Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores: **Não aplicável.**

5 – Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

a) o valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio: **Não aplicável.**

b) a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio: **Não aplicável.**

c) eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio: **Não aplicável.**

d) data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento: **Não aplicável.**

6 – Caso tenha havido declaração de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores: **Não aplicável.**

7 – Tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos três exercícios anteriores:

	2009	2008	2007	2006
Lucro líquido (prejuízo) por ação ordinária (R\$):	4,17568	(2,17568)	1,43243	0,00032

b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos três exercícios anteriores:

	2008	2007	2006
Dividendos distribuídos por ação: Ação ordinária (R\$)	-	0,34	0,0001013

8 – Havendo destinação de lucros à Reserva Legal

a) Montante destinado à Reserva Legal: **R\$ 15 mil**

b) Detalhar a forma de cálculo da Reserva Legal: **5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício depois de deduzido os prejuízos acumulados.**

9 – Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos: **Não aplicável.**

10 – Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrição da forma de cálculo prevista no estatuto: **O Art. 30, alínea “c”, do Estatuto Social da Companhia prevê a quota necessária ao pagamento de um dividendo que represente, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no Art. 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridades das ações então existentes, segundo os termos da lei e do estatuto, e, conforme o caso, as resoluções da Assembléia Geral.**

b) Informar se ele está sendo pago integralmente: **Os dividendos serão pagos integralmente até a data da Assembléia Geral Ordinária da Companhia que apreciar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.**

c) Informar o montante eventualmente retido: **Não aplicável.**

11 – Retenção de dividendo obrigatório: **Não aplicável.**

12 – Destinação de resultado para reserva de contingências: **Não aplicável.**

13 – Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar: **Não aplicável.**

14 – Destinação de resultado para reservas estatutárias:

a) Descrição das cláusulas estatutárias que estabelecem as reservas: **O Estatuto Social da Companhia estabelece em seu Art. 30, Parágrafo Único a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de até 90% (noventa por cento) do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% (oitenta por cento) do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social.**

b) Identificação do montante destinado às reservas estatutárias:

- Reserva de Futuro Aumento de Capital - **R\$ 183 mil.**

- Reserva Estatutária Especial - **R\$ 21 mil.**

c) Cálculo do montante das reservas estatutárias:

	<u>(R\$ mil)</u>
Lucro líquido do exercício	309
Reserva legal - 5%	(15)
Juros sobre capital próprio pagos	(90)
	<u>204</u>
Reservas estatutárias:	
- Reserva de futuro aumento de capital - 90%	183
- Reserva estatutária Especial - 10%	21

15 – Retenção de lucros prevista em orçamento de capital: **Não aplicável.**

16 – Destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais: **Não aplicável.**

PARA FINS DOS INCISOS I e II DO ARTIGO 12 DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/09

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

É proposta a fixação da verba global anual destinada à remuneração dos administradores da Companhia no montante de até R\$ 254.000,00 (Duzentos e cinquenta e quatro mil reais), a ser distribuída entre os membros da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração da Companhia, observado o disposto na legislação em vigor e no Estatuto Social. Ressalte-se que o montante proposto considera as responsabilidades dos administradores, o tempo dedicado às funções, a competência, a reputação profissional e o valor de seus serviços no mercado e inclui os devidos tributos e encargos incidentes sobre a remuneração e de responsabilidade da Companhia, e, ainda, benefícios de qualquer natureza.

Frise-se que o montante proposto refere-se à verba a ser despendida pela Companhia com a remuneração de seus administradores no período compreendido entre os meses de abril de 2010 e março de 2011.

**INFORMAÇÕES DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME ANEXO 24 DA
INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09.**

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração das empresas do Grupo Suzano tem por objetivo atrair e reter profissionais na empresa que tenham alinhamento com nossos princípios e valores e com os objetivos dos acionistas.

Para tanto, pautamos nossa política pelo acompanhamento do ambiente externo e comparamos anualmente nossa grade salarial com mercados de referência, composto por empresas concorrentes nos segmentos em que atuamos, multinacionais brasileiras, empresas de capital aberto ou que possuam estratégia de remuneração similar àquela que praticamos. Nossa estratégia de remuneração indica que queremos nos posicionar em remuneração, no total em moeda corrente, no terceiro quartil de nosso mercado de referência, para que, com isto, possamos atingir nossos objetivos de atração e retenção dos profissionais de alto nível que ajudarão a empresa a entregar e superar os resultados planejados.

b) Composição da remuneração, indicando: (i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; (ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total; (iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; e (iv) razões que justificam a composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração fazem jus somente a remuneração fixa, a qual é estabelecida de acordo com padrões que atendam ao conceito de remuneração global das empresas da Organização e visa recompensar Conselheiros que agreguem valor aos resultados da empresa.

Diretoria

Os membros da Diretoria fazem jus somente à remuneração fixa.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Para o todos os órgãos da Administração, 100% de sua remuneração total é composta por remuneração fixa,

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores da remuneração pagos pela Companhia aos membros da Diretoria e Conselho são periodicamente comparados com os valores pagos pelo mercado, conforme diretrizes estabelecidas pela estratégia de remuneração, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas renomadas e especializadas no tema, de modo a apurar o grau de competitividade e, se necessário, avaliar a necessidade de se propor ajustes em algum componente da remuneração que esteja desalinhado.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Buscamos alinhar a composição de nossa remuneração a proporções praticadas pelo mercado e estas são também dimensionadas de modo a atingir o objetivo da estratégia de remuneração quanto ao posicionamento da remuneração total acima da média deste mercado selecionado.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a parcela fixa da remuneração são consideradas pesquisas de mercado e o posicionamento relativo da

remuneração frente a este mercado.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela fixa da remuneração é estruturada para um posicionamento acima da média do mercado selecionado, tendo como base pesquisa conduzida por consultoria especializada no tema.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Companhia busca o alinhamento das práticas de remuneração com os interesses de curto, médio e longo prazo por meio da atração e retenção de profissionais que agreguem valor ao seu negócio. Para isso aplica alinhamento da remuneração a um mercado selecionado.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Conselho de Administração:

Há membros do Conselho de Administração que também tem remuneração suportada por controladores diretos ou indiretos.

Diretoria

Há membros da Diretoria que também tem remuneração suportada por controladores diretos ou indiretos e controladas direta ou indiretamente.

Conselho Fiscal

Não há Conselho Fiscal eleito para o período.

Comitês

Não há Comitês na Companhia.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação de controle acionário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinados eventos societários.

13.2 Remuneração reconhecida no resultado do último exercício social e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Exercício social 31.12.2010

	Conselho De Administração (1)	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	3	2⁽²⁾	0	4
Remuneração Fixa Anual (R\$)				
Salário / Pró-labore	193.284	5.112	N/A	198.396
Benefícios diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em Comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Variável				

	Conselho De Administração (1)	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em Reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total da remuneração	193.284	5.112	N/A	198.396

(1) Os valores de encargos não estão considerados.

Exercício social encerrado em 31.12.2009

	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	3	2 ⁽²⁾	0	4
Remuneração Fixa Anual (R\$)				
Salário / Pró-labore	193.284	5.112	N/A	193.284
Benefícios diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em Comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Variável				
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em Reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total da remuneração	193.284	5.112	N/A	193.284

- (1) Os valores de encargos não estão considerados.
(2) Um dos membros do Conselho de Administração também ocupa posição na Diretoria.

13.3 Remuneração variável do último exercício social e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

A Companhia não pratica remuneração variável.

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

A Companhia não tem um plano de remuneração baseada em ações.

13.5 Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva ⁽¹⁾	Conselho Fiscal	Total
Quantidade de ações	142.298.139	0	N/A	142.298.139

⁽¹⁾ Como há um membro do Conselho de Administração que também ocupa posição na Diretoria, a quantidade de ações foram considerados somente no Conselho de Administração

13.6 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do último exercício social e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não tem um programa de remuneração baseada em ações.

13.7 Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

A Companhia não tem um plano de remuneração baseada em ações.

13.8 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, no último exercício social:

A Companhia não tem um plano de remuneração baseada em ações.

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

A Companhia não tem um plano de remuneração baseada em ações.

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

A Companhia não tem plano de previdência em vigor conferido aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores.

13.11 Valores da maior e menor remuneração individual, para o ultimo exercício social, em relação ao conselho de administração, diretoria estatutária, e ao conselho fiscal:

DIRETORIA ESTATUTÁRIA				
Ano	Número de Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
Exercício social encerrado em 31.12.2009	2	5.112	5.112	5.112

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Ano	Número de Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
Exercício social encerrado em 31.12.2009	3	64.428	64.428	64.428

CONSELHO FISCAL				
Ano	Número de Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
Exercício social encerrado em 31.12.2009	N/A	N/A	N/A	N/A

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, em relação ao último exercício social:

ÓRGÃO	Exercício social encerrado em 31.12.2009
Diretoria Estatutária	0,02%
Conselho de Administração	0,98%
Conselho Fiscal	0
TOTAL	100%

13.14 Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados, em relação aos 3 últimos exercícios sociais:

Não há remuneração dos membros do Conselho de Administração por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação ao último exercício social:

ÓRGÃO	Exercício social encerrado em 31.12.2009
Diretoria ⁽¹⁾	0
Conselho de Administração	18.907.692
TOTAL	18.907.692

⁽¹⁾ Como há um membro do Conselho de Administração que também ocupa posição na Diretoria, os valores de remuneração foram considerados somente no Conselho de Administração.

Nota: Todos os valores foram atribuídos a título de salário/pró-labore.

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram divulgadas nos itens 13.1 a 13.16 acima.